



Comunicações



Serviço Fixo de Telecomunicações

Circuitos Alugados

Licença: STE-03/2002



PT Comunicações, SA
Portugal Continental

ORCA

Oferta de Referência de Circuitos Alugados

PT Comunicações

Versão 3 – 2006.09.25

CONTEÚDO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. TERMOS E DEFINIÇÕES**
- 3. SERVIÇOS ABRANGIDOS E SUAS CARACTERÍSTICAS**
- 4. ADESÃO AOS SERVIÇOS**
- 5. PREÇOS**
- 6. QUALIDADE DE SERVIÇO**
- 7. PROCEDIMENTOS DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS**
- 8. PROCEDIMENTOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO**
- 9. PROCEDIMENTOS DE FACTURAÇÃO**
- 10. DISPOSIÇÕES LEGAIS**
- 11. HISTÓRICO DE VERSÕES**

ANEXOS

ANEXO 1 – CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES E FUNCIONALIDADES DOS SERVIÇOS

ANEXO 2 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO 3 – PREÇOS

ANEXO 4 – QUALIDADE DE SERVIÇO

ANEXO 5 – PROCEDIMENTOS DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

ANEXO 6 – PROCEDIMENTOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO

ANEXO 7 – PROCEDIMENTOS DE FACTURAÇÃO

ANEXO 8 – IDENTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES EFECTUADAS À VERSÃO ANTERIOR DA ORCA

Por imposição do ICP - Autoridade Nacional das Comunicações (doravante "ICP-ANACOM"), e em estrito cumprimento da deliberação de 26 de Maio de 2006, relativa à oferta de referência de circuitos alugados, a PT Comunicações procedeu à alteração e publica a Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA), em conformidade com a mesma, reservando-se, contudo, o direito que lhe assiste de impugnar a referida Deliberação.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a Oferta de Referência de Circuitos Alugados – ORCA – da PT Comunicações, e destina-se a Operadores de Redes e Prestadores de Serviços de Comunicações Electrónicas, doravante designados por OPS, devidamente habilitados para exercer a sua actividade no território nacional.

A ORCA surge em cumprimento da Deliberação do Conselho de Administração do ICP-ANACOM, de 8 de Julho de 2005, referente à definição dos mercados relevantes, avaliações de poder de mercado significativo (PMS) e imposição de obrigações regulamentares nos mercados grossistas dos segmentos terminais e de trânsito de circuitos alugados (Mercados 13 e 14, respectivamente).

Nesta Oferta são estabelecidas as características e as condições técnicas e comerciais associadas ao fornecimento dos circuitos alugados por parte da PT Comunicações nos mercados grossistas.

Um circuito alugado corresponde a uma ligação física permanente e transparente entre dois pontos distintos, para transporte de tráfego de voz e/ou de dados, suportada em tecnologia analógica ou digital, com capacidade de transmissão simétrica e dedicada.

Os circuitos alugados encontram-se especialmente vocacionados para a constituição de ligações ponto a ponto, redes públicas de comunicações electrónicas, ligações de acesso, sistemas de securização e redes privativas de comunicações electrónicas, dispondo de características que permitem oferecer níveis adequados de disponibilidade, protecção e desempenho.

Assim, os OPS podem utilizar a oferta de circuitos alugados da PT Comunicações, designadamente, para:

- Constituição e desenvolvimento da sua rede de comunicações electrónicas;
- Interligação entre redes públicas de comunicações electrónicas (fixas e móveis), incluindo a interligação com a rede da PT Comunicações;
- Suporte à prestação de outros serviços retalhistas de comunicações electrónicas adquiridos a jusante pelos seus clientes – serviços de transporte de dados (ATM, *Frame-Relay*, etc.), serviços de acesso à Internet (acesso IP), serviços de comunicações electrónicas fixas e móveis, soluções empresariais (e.g., VPN), etc.;
- Aluguer de circuitos alugados aos seus clientes.

A presente Oferta abrange todo o território nacional.

2. TERMOS E DEFINIÇÕES

Os termos e definições utilizados na ORCA têm os seguintes significados:

Termo	Definição
ATC	Canal de Atendimento Comercial da PT Comunicações.
ATM	<i>Asynchronous Transfer Mode</i>
<i>Backhaul</i>	Serviço de Acesso a cabos Submarinos.
Central	Espaço físico onde se encontra instalado o repartidor principal.
Central local	Central que abrange a área geográfica onde se localiza um PTR.
CIA	Componente Internacional de Acesso do Serviço de <i>Backhaul</i>
CIT	Centro Internacional de Transmissão, com aplicação das funções descritas nas Recomendações M da UIT (vulgo ITMC – <i>International Transmission Maintenance Center</i>).

Termo	Definição
CNA	Componente Nacional de Acesso do Serviço de <i>Backhaul</i> .
Co-Instalação	Serviço que permite aos OPS contratarem espaço no interior das centrais da PT Comunicações, para colocação dos seus equipamentos, necessários à operacionalização das ofertas ORI, ORALL, ORCA e Rede ADSL PT.
CPE	<i>Customer Premises Equipment</i>
CRC	<i>Cyclic Redundancy Check</i>
CS	Componente de Suporte
Data de Desmontagem	Data para a qual o OPS pretende a desmontagem do circuito, a qual deverá ser indicada aquando da formalização de cada pedido e não poderá ser, excepto se houver concordância da PT Comunicações, inferior a 15 dias, contados a partir da Data de Pedido do OPS. Esta data corresponde à data de fim de facturação.
Data de Início de Facturação	Data em que o circuito começa a ser facturado.
Data de Início de Utilização	Data em que o OPS inicia a utilização do circuito.
Data de Pedido	Data útil em que a PT Comunicações recebe a formalização do pedido do OPS, entendendo-se por data útil o período compreendido entre as 9:00 horas e as 12:30 e entre as 14:00 e as 18:00 horas de um dia útil e, se não for recebido neste período, no primeiro dia útil seguinte.
Data de Pronto Técnico	Data em que o circuito fica instalado e se considera pronto a entrar em funcionamento, ou seja, a iniciar-se a sua utilização pelo OPS.
Data Objectivo	Data para a qual o OPS pretende a disponibilização do circuito.
DDF	<i>Digital Distribution Frame</i>
DWDM	<i>Dense Wavelength Division Multiplexing</i>

Termo	Definição
ECS	Estação de Cabos Submarinos
Equipamento terminal de telecomunicações	Qualquer equipamento ou componente que torne possível a comunicação ou seja concebido para ser ligado, directa ou indirectamente, a interfaces de redes públicas de telecomunicações.
ETSI	<i>European Telecommunications Standard Institute</i>
Força maior	Todo o evento imprevisível e insuperável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais da PT Comunicações e do OPS, designadamente as situações de catástrofe natural, actos de guerra, declarada ou não, de subversão, alteração da ordem pública, bloqueio económico e incêndio.
GECA	Gestão de Encomendas de Circuitos Alugados – aplicação para a provisão dos circuitos alugados.
GR	Grupo de Redes
ICP-ANACOM	Instituto das Comunicações de Portugal – Autoridade Nacional de Comunicações, cujos Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei nº 309/2001, de 7 de Dezembro.
<i>Link</i> de suporte	Interface estruturado de 2Mbps que agrupa num dos extremos vários circuitos alugados a 64Kbps e/ ou Nx64Kbps.
LOA	<i>Letter of Agency</i>
Nó	Equipamento, ou conjunto de equipamentos, localizado numa mesma instalação do OPS, em território nacional, que realiza funções de concentração e/ou comutação.
Nº GECA	Referência da PT Comunicações que identifica um circuito.
NT	<i>Network Termination</i>
ODF	<i>Optical Distribution Frame</i>

Termo	Definição
OPS	Operadores de Redes e Prestadores de Serviços de Comunicações Electrónicas, devidamente habilitados pelo ICP-ANACOM para actuar no território nacional.
ORALL	Oferta de Referência para Acesso ao Lacete Local
ORI	Oferta de Referência de Interligação
PD	Ponto de Distribuição
PDH	<i>Plesiochronous Digital Hierarchy</i>
Pendente de Cliente	Situação em que o processo de instalação, alteração e/ou reparação de um circuito está suspenso por motivos exclusivamente imputáveis ao OPS, impedindo a PT Comunicações de prosseguir os trabalhos da sua responsabilidade, e em que o OPS é notificado de tal situação.
PGI	Ponto Geográfico de Interligação – interface físico, na rede da PT Comunicações, onde os serviços de interligação podem ser obtidos. Na rede do OPS existe um interface similar.
PI	Ponto de Interligação – ponto da rede onde a interligação é oferecida. Corresponde ao ponto físico de união das redes interligadas, e constitui a fronteira de responsabilidade dos dois operadores.
PL	Prolongamento Local – troço entre o PTR e a central da PT Comunicações onde o mesmo se encontra ligado.
POP	<i>Point of Presence</i> – Ponto de Presença
PQS	Parâmetro de Qualidade de Serviço
PRC	<i>Primary Reference Clock</i>
PTR	Ponto Terminal de Rede – ponto físico onde é fornecido o acesso à rede de comunicações electrónicas.

Termo	Definição
SDH	<i>Synchronous Digital Hierarchy</i>
SLA	<i>Service Level Agreement</i>
SPC	<i>Signaling Point Code</i>
TDM	<i>Time Division Multiplexing</i>
<i>Time slots</i>	Intervalo de tempo numa trama dum sinal multiplexado por divisão de tempo.
TP	Troço Principal – ligação entre as centrais locais da PT Comunicações às quais estão ligados os PTR.
UIT	União Internacional das Telecomunicações
VPN	<i>Virtual Private Network</i>

3. SERVIÇOS ABRANGIDOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

A ORCA abrange os seguintes serviços:

- Circuitos alugados, incluindo circuitos extremo-a-extremo e circuitos parciais;
- Circuitos para interligação de tráfego com a PT Comunicações, incluindo circuitos de interligação e extensões internas para interligação;
- Circuitos para acesso a cabos submarinos (*backhaul*).

Em seguida apresenta-se uma síntese destes serviços, cujas características, condições e funcionalidades são descritas no Anexo 1. No Anexo 2 são apresentadas as especificações técnicas de interface do serviço de circuitos alugados da PT Comunicações.

3.1. SERVIÇO DE CIRCUITOS ALUGADOS

Circuitos extremo-a-extremo

Um circuito extremo-a-extremo consiste na ligação entre dois PTR não co-instalados em centrais da PT Comunicações, sendo ambos os PL e o TP, se este for necessário, fornecidos pela PT Comunicações.

Os PTR constituem os interfaces entre a rede de acesso a circuitos da PT Comunicações e a rede interna do OPS, permitindo estabelecer a fronteira de responsabilidade entre as partes. Estes interfaces correspondem ao elemento físico do equipamento terminal de rede, ou NT, ao qual se liga o equipamento terminal de cliente, ou CPE.

Os circuitos extremo-a-extremo podem ser fornecidos com tecnologia analógica ou com tecnologia digital abrangendo, neste caso, os débitos de 64 Kbps, $N \times 64$ Kbps ($N = 2, \dots, 31$), 2 Mbps, 34 Mbps e 155 Mbps.

Circuitos parciais

Um circuito parcial consiste na ligação entre um PTR não co-instalado em centrais da PT Comunicações e um PTR co-instalado numa central da PT Comunicações, de acordo com as condições de co-instalação previstas no Apêndice A do Anexo 1 da presente Oferta, sendo a extensão interna e o meio circuito, constituído por um PL e um TP, se este for necessário, fornecidos pela PT Comunicações.

A extensão interna consiste na ligação entre o repartidor intermédio e a rede de circuitos da PT Comunicações e requer a existência de uma CS com capacidade disponível, cujas características são apresentadas no Apêndice B do Anexo 1 da presente Oferta.

Os PTR constituem os interfaces entre a rede de acesso a circuitos da PT Comunicações e a rede interna do OPS, permitindo estabelecer a fronteira de responsabilidade entre as partes. Estes interfaces correspondem, no PTR não co-instalado, ao elemento físico do equipamento terminal de rede, ou NT, ao qual se liga o equipamento terminal de cliente, ou

CPE, e no PTR co-instalado à ficha de uma das réguas do repartidor da responsabilidade do OPS co-instalado na central da PT Comunicações.

Os circuitos parciais são fornecidos, apenas, com tecnologia digital e com débitos de 64 Kbps, $N \times 64\text{Kbps}$ ($N = 2, \dots, 31$), 2 Mbps, 34 Mbps e 155 Mbps.

3.2. SERVIÇO DE CIRCUITOS PARA INTERLIGAÇÃO DE TRÁFEGO

A ligação entre os PGI da rede da PT Comunicações e os PGI da rede do OPS é realizada através de ligações dedicadas, designadas por circuitos para interligação de tráfego, os quais se destinam a cursar tráfego comutado com origem e/ou destino nas respectivas redes.

O PI, ponto da rede onde a interligação é oferecida, corresponde ao interface físico onde se localiza a ligação das duas redes e representa, desta forma, a fronteira de responsabilidades entre a PT Comunicações e o OPS.

Cada PGI deverá ser implementado através de um interface com um débito binário a 2Mbps ou múltiplos deste, conforme recomendações da ITU-T G.703. Os circuitos para interligação de tráfego têm um débito de 2 Mbps e possuem sinalização número 7 (SS#7).

No que diz respeito à implementação dos circuitos para interligação de tráfego, a PT Comunicações oferece duas possibilidades: circuitos de interligação ou extensões internas para interligação de tráfego, sendo estas últimas aplicáveis apenas no caso do PI do OPS estar co-instalado na central da PT Comunicações.

Circuitos de interligação

Os circuitos de interligação ligam os PGI da rede PT Comunicações aos respectivos PGI da rede do OPS, sendo a instalação destes circuitos da responsabilidade da PT Comunicações.

O PI é constituído por um repartidor coaxial instalado pela PT Comunicações nas instalações do OPS, obrigando-se o OPS a disponibilizar, nas suas instalações, o espaço e

as restantes condições técnicas, incluindo o acesso ao local, necessários para esse efeito, de acordo com o Apêndice E do Anexo I desta Oferta.

A responsabilidade da PT Comunicações termina na ficha do referido repartidor, sendo da responsabilidade do OPS os fiadores que ligam esse repartidor ao equipamento do OPS.

Extensões internas para interligação de tráfego

As extensões internas para interligação de tráfego consistem na ligação, mediante a utilização de um par de cabos coaxiais, entre um repartidor intermédio do OPS co-instalado numa central da PT Comunicações, de acordo com as condições de co-instalação previstas no Apêndice A do Anexo 1 da presente Oferta, e o PGI da PT Comunicações ao qual o OPS, ou um terceiro OPS, se pretende interligar, para cursar tráfego comutado entre a rede da PT Comunicações e a rede do OPS ou do terceiro OPS, respectivamente, que tenha contratado, ao primeiro OPS, circuitos para interligação com a PT Comunicações.

As extensões internas para interligação de tráfego requerem a existência de uma CS com capacidade disponível, cujas características são apresentadas no Apêndice B do Anexo 1 da presente Oferta.

Uma extensão interna para interligação de tráfego termina na ficha de uma das réguas do repartidor coaxial da responsabilidade do OPS co-instalado na central da PT Comunicações, estabelecendo a fronteira de responsabilidades entre as partes.

3.3. SERVIÇO DE CIRCUITOS PARA ACESSO A CABOS SUBMARINOS (BACKHAUL)

O serviço de circuitos para acesso a cabos submarinos (*backhaul*) consiste na ligação de uma determinada capacidade de um sistema internacional de cabos submarinos que amarre numa das ECS da PT Comunicações (Sesimbra ou Carcavelos), até ao POP de um OPS, localizado em território nacional.

Este serviço é constituído pelas seguintes duas componentes:

- 1) A Componente Internacional de Acesso do Serviço de *Backhaul* (CIA), que corresponde ao troço entre a ECS e o CIT da PT Comunicações localizado na central de Picoas;
- 2) A Componente Nacional de Acesso do Serviço de *Backhaul* (CNA), que corresponde ao troço entre o CIT da PT Comunicações localizado na central de Picoas e o POP do OPS.

A responsabilidade da PT Comunicações abrange a CIA e a CNA, terminado, num dos extremos, no ponto de ligação ao sistema internacional de cabos submarinos, e no outro extremo, no PTR nas instalações do OPS.

Os circuitos de acesso a cabos submarinos são fornecidos, apenas, com tecnologia digital e com débitos de 2 Mbps, 34 Mbps, 45 Mbps e 155 Mbps.

4. ADESÃO AOS SERVIÇOS

Para aderir à presente Oferta, o OPS deve contactar o seu Gestor de Cliente na PT Comunicações, o qual acompanhará o OPS durante todo o processo de adesão ao serviço, ou a Direcção de Wholesale Nacional desta Empresa, através dos contactos indicados no Anexo 6 da presente Oferta.

A prestação dos serviços abrangidos por esta Oferta está sujeita à celebração de um contrato por escrito, cuja Minuta será remetida ao OPS, o qual deve ser celebrado num prazo máximo de negociação de 30 (trinta) dias, a contar da data em que o OPS recebe a Minuta contratual, salvo prorrogação por mútuo acordo das Partes. Findo o referido prazo de 30 (trinta) dias, ou decorrida a prorrogação acordada, sem que haja acordo, qualquer das Partes poderá recorrer ao ICP-ANACOM, nos termos previstos no ponto 10.3 infra.

5. PREÇOS

Os preços referentes aos serviços prestados no âmbito desta Oferta são apresentados no Anexo 3.

6. QUALIDADE DE SERVIÇO

Os parâmetros de qualidade de serviço, os objectivos de desempenho aplicáveis e as compensações por incumprimento desses objectivos, associados aos serviços prestados no âmbito da presente Oferta, encontram-se especificados no Anexo 4 para efeitos da definição de SLA entre a PT Comunicações e o OPS.

7. PROCEDIMENTOS DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

Os procedimentos associados à encomenda, fornecimento e implementação dos serviços constantes desta Oferta, contemplando a troca de informação entre a PT Comunicações e o OPS, encontram-se descritos no Anexo 5.

8. PROCEDIMENTOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO

Os procedimentos de operação, manutenção e gestão dos serviços abrangidos pela ORCA encontram-se definidos no Anexo 6.

9. PROCEDIMENTOS DE FACTURAÇÃO

A encomenda de serviços prestados no âmbito da ORCA considera-se vinculativa e constitui o OPS na obrigação de efectuar o pagamento da totalidade do preço dos serviços solicitados. A PT Comunicações facturará o OPS pelos serviços prestados no âmbito da ORCA, de acordo com os procedimentos descritos no Anexo 7.

As facturas serão emitidas em Euros e deverão incluir o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor, devidamente evidenciado.

As facturas referentes aos serviços constantes desta Oferta serão emitidas mensalmente e deverão ser liquidadas no prazo nelas indicado.

Caso o OPS entenda dever apresentar uma reclamação relativamente a qualquer factura emitida pela PT Comunicações, deverá fazê-lo no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, mantendo-se, contudo, a obrigatoriedade de pagamento da factura no prazo indicado.

Sobre os valores em dívida incidirão juros de mora à taxa prevista no artigo 102º, § 3º, do Código Comercial.

10. DISPOSIÇÕES LEGAIS

10.1. INFORMAÇÃO E CONFIDENCIALIDADE

A PT Comunicações e o OPS obrigam-se a trocar, entre si, toda a informação necessária no âmbito da presente Oferta, a qual permanece propriedade de quem a transmite, obrigando-se quem a recebe a efectuar o tratamento da mesma e a mantê-la confidencial, nos termos legais e aqui estabelecidos.

A PT Comunicações e o OPS obrigam-se, ainda, a restringir o acesso e utilização da informação confidencial, que entre eles seja trocada, aos empregados que, por força das funções que exercem, careçam de a conhecer e/ou de a utilizar.

Por informação protegida ou confidencial entende-se toda a informação escrita, verbal ou constante de suportes informáticos, de natureza financeira, comercial ou tecnológica, designadamente saber-fazer, dados financeiros, tecnológicos e comerciais, listas de clientes, dados de tráfego ou quaisquer outras informações relativas à actividade da PT Comunicações ou do OPS, bem como toda a informação que seja expressamente classificada como confidencial por quem a transmite.

A PT Comunicações e o OPS obrigam-se reciprocamente a manter confidencial a informação recebida e como tal classificada, evitando, com o mesmo zelo com que protegem a sua própria informação confidencial, que a mesma seja transmitida a terceiros, com excepção daqueles a quem, por força desta Oferta e das relações contratuais que, no

seu âmbito, mantém com a PT Comunicações ou com o OPS, assista legitimamente o direito de acesso à referida informação.

Compete à PT Comunicações e ao OPS assegurar que os terceiros, referidos na parte final do parágrafo anterior, cumprirão com as obrigações de confidencialidade definidas nesta Oferta.

Não se considera abrangida pela obrigação de confidencialidade a informação:

- a) Que é ou se torna publicamente conhecida sem que tal seja devido a conduta ilícita de quem a recebe;
- b) Que é transmitida pela PT Comunicações ou pelo OPS a terceiros sem que tenha havido violação do estabelecido nesta Oferta em matéria de confidencialidade;
- c) Cujas divulgações tenham sido autorizadas pela PT Comunicações ou pelo OPS, conforme for o caso.

A PT Comunicações e o OPS ficam desde já autorizados a divulgar informação confidencial:

- a) Ao ICP-ANACOM;
- b) Em situações de litígio entre a PT Comunicações e o OPS, caso em que a informação relevante poderá ser apresentada perante as autoridades judiciais;
- c) Quando a informação em causa seja solicitada por uma autoridade pública, com poderes para o efeito.

A PT Comunicações e o OPS poderão revelar informações tidas por confidenciais nos termos desta Oferta se tal for imposto por lei ou por decisão judicial ou administrativa, obrigando-se a informar imediatamente o proprietário da referida informação confidencial de tal facto, bem como a limitar a revelação ao que lhe for imposto, com indicação expressa de que a informação prestada foi classificada como confidencial.

A violação da obrigação de confidencialidade, aqui prevista, constitui incumprimento da presente Oferta, devendo a PT Comunicações ou o OPS, conforme for o caso, indemnizar o outro de todos os prejuízos decorrentes dessa violação.

A obrigação de confidencialidade, resultante do disposto nesta Oferta, vincula a PT Comunicações e o OPS por um período de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da cessação de efeitos da ORCA relativamente ao OPS.

10.2. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos de propriedade intelectual da PT Comunicações ou do OPS, criados ou desenvolvidos no âmbito desta Oferta, permanecem propriedade de quem os concebeu ou desenvolveu, não constituindo a ORCA título translativo de qualquer desses direitos para o outro.

10.3. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Qualquer litígio sobre a interpretação, validade ou execução da presente Oferta, que não seja sanado amigavelmente pela PT Comunicações e pelo OPS, de acordo com os procedimentos previstos no parágrafo seguinte poderá ser resolvido mediante recurso ao ICP-ANACOM, ao abrigo do disposto no artigo 10º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro.

A PT Comunicações e o OPS comprometem-se a desenvolver todos os esforços no sentido de resolver, de forma consensual, todo e qualquer litígio emergente desta Oferta. Para o efeito, qualquer questão deverá ser suscitada por escrito, com indicação expressa dos motivos que a fundamentam, e remetida à outra, a qual se deverá pronunciar, pela mesma forma, num prazo máximo de 15 (quinze) dias. Findo este prazo e caso a questão não tenha sido, entretanto, solucionada, a PT Comunicações e o OPS desenvolverão os seus melhores esforços para chegarem a acordo num novo prazo máximo de 15 (quinze) dias. Não havendo acordo, será aplicável o disposto no parágrafo anterior.

A informação trocada entre a PT Comunicações e o OPS com vista à resolução amigável do litígio existente, designadamente declarações de posição ou ofertas de acordo, será tratada como informação confidencial, não podendo ser utilizada sem a prévia autorização do outro, concedida por escrito.

10.4. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO SERVIÇO

A PT Comunicações poderá interromper ou suspender, total ou parcialmente, a prestação dos serviços objecto desta Oferta, em caso de incumprimento pelo OPS, de alguma das condições dela constantes ou de violação da legislação em vigor, sem prejuízo das indemnizações a que tenha direito.

Constituem, designadamente, causas de interrupção ou suspensão da prestação dos serviços:

- a) A falta de segurança da rede da PT Comunicações, que possa afectar o seu normal funcionamento, ou constituir uma ameaça à integridade física de qualquer pessoa;
- b) A violação da integridade da rede da PT Comunicações;
- c) Falta ou atraso no pagamento dos preços devidos no âmbito da presente Oferta.

No caso de interrupção ou suspensão da prestação dos serviços por falta ou atraso no pagamento dos preços devidos no âmbito da presente Oferta, previsto na alínea c) supra, a PT Comunicações informará o OPS da data e causa da interrupção ou suspensão dos serviços, com 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data da efectiva interrupção ou suspensão dos serviços.

A PT Comunicações poderá, ainda, interromper ou suspender, temporariamente, algum ou alguns dos serviços objecto desta Oferta, caso se verifique:

- a) Uma situação de emergência ou de força maior;
- b) A necessidade de efectuar operações de controlo, ajustes ou manutenção de rotina, com a finalidade de assegurar o bom funcionamento da sua rede.

As operações previstas na alínea b) anterior, efectuar-se-ão, sempre que possível, em data previamente acordada entre a PT Comunicações e o OPS.

10.5. SEGURANÇA E PROTECÇÃO

A PT Comunicações e o OPS são responsáveis pela protecção das respectivas redes, devendo tomar, para o efeito, todas as medidas necessárias para que a sua rede e os seus equipamentos:

- a) Não coloquem em perigo a saúde dos colaboradores ou clientes finais do outro;
- b) Não provoquem qualquer deterioração na operação da rede e dos equipamentos do outro;
- c) Não afectem a qualidade dos serviços prestados.

10.6. FORÇA MAIOR

Se, durante prestação dos serviços abrangidos pela presente Oferta, ocorrer um caso de força maior que impeça a prestação pontual dos serviços acordados, nas datas e prazos fixados, será o prazo para o cumprimento protelado por um período correspondente ao atraso verificado, sem prejuízo de serem desenvolvidos pela PT Comunicações e pelo OPS todos os esforços ao seu alcance para minimizar as consequências do evento.

10.7. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não estiver regulado na presente Oferta observar-se-ão as disposições relevantes da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, bem como as Deliberações do ICP-ANACOM emitidas ao abrigo da mesma e demais legislação aplicável.

Em caso de divergência entre as condições gerais desta Oferta e qualquer dos seus Anexos, prevalecem as primeiras.

11. HISTÓRICO DE VERSÕES

Versão	Data	Observações
V1	2006.06.14	
V2	2006.07.26	
V3	2006.09.25	